

A LEITURA NO CURSO PRIMÁRIO E O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA EM MINAS GERAIS

Karina Klinke
(Doutoranda da Faculdade de Educação/UFMG)

Este trabalho é resultado parcial de uma tese de doutorado em andamento. O objeto da pesquisa são as práticas de leitura de livros na escola primária mineira da década de 1920. O sujeito são as crianças-leitoras do curso primário em Minas Gerais e o objetivo é conhecer os significados atribuídos à leitura escolar de livros. Para tanto, é preciso entender o que era considerado “leitura” pelos reformadores da educação de Minas Gerais e saber quais livros foram prescritos para essa leitura. É o que proponho apresentar neste trabalho.

O movimento da Escola Nova em Minas Gerais foi marcado pelo governo dos presidentes de Estado Fernando Mello Viana (1922-26) e Antônio Carlos (1926-30), os primeiros a propor legalmente uma política em favor da leitura no curso primário mineiro. Interessa-me entender quais eram e como atuavam as ações de uma iminente política de leitura no Estado de Minas Gerais, intensamente defendida em todo o Brasil nas décadas de 70/80, e ainda hoje, de forma desigual e controversa. Para atingir esse objetivo analisei os artigos da Revista do Ensino de Minas Gerais, órgão oficial do Estado (1925 a 27), as atas do I Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais (1927), o Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais de 1927 e o Programa de Ensino de Minas Gerais de 1927. Foram discursos que circularam em favor de uma educação renovada e com ela a preocupação da escola em formar o “hábito de ler”, pela primeira vez explicitada em Programas de Ensino. (*Programas do Ensino Primário*, Decreto 6758, 1º/01/1925)

No contato com essas fontes, já utilizadas na dissertação de mestrado, observei uma teia de representações e prescrições de leitura que ajudam a compreender “o que”, “como” e “para que” ler livros na escola primária. As práticas de leitura prescritas nos discursos oficiais não foram aquelas que aconteceram efetivamente nas escolas primárias mineiras, mas elas ajudam a conhecer como foram estruturadas a escola e as novas

prescrições de práticas de leitura de livros. Nesta primeira etapa da pesquisa, que trago aqui, confronto os próprios discursos oficiais publicados na legislação de ensino e os artigos de uma revista pedagógica, na busca de entender a “combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso

não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto.”(CERTEAU, 1982,p.66)

Com uma política de renovação do ensino divulgada no Brasil desde o final do século XIX e intensificada na década de 1920, a criança era o foco da atenção dos renovadores que, na busca de conhecer o desenvolvimento infantil, dirigiram especial atenção à sua educação. E fez parte da educação da criança “o que”, “como” e “para que” ler livros na escola. Um fator determinante das indicações de livros para leitura escolar era os bens culturais disponíveis. No Brasil do início deste século era restrita a produção de livros e outros bens culturais para crianças. A própria idéia de infância estava se alterando. A imaginação, a fantasia, o maravilhoso, o grandioso, o heróico e o sobrenatural como “coisas da infância” estavam sendo divulgadas junto com os então modernos estudos da psicologia infantil. Houve uma conformação dos impressos utilizados pelas escolas ou produzidos para elas (dentre eles o livro de leitura, aqui privilegiado) para adequação do que deveria ser lido pelas crianças, alunas dos cursos primários.

1 - As finalidades na leitura nas escolas primárias mineiras

Os principais enfoques sobre leitura, nas fontes analisadas, eram três: seu ensino e os métodos, os livros de leitura e o hábito da leitura, adquirido a partir da aprendizagem escolar para se tornar uma prática indispensável à formação do homem. Nas escolas se aprenderia a ler para adquirir na vida o hábito da leitura, um dos objetivos maiores do ensino primário. Para tanto, os livros de leitura escolares serviriam para aprender a ler e compreender, com histórias, contos, descrições, cartas e poesias. Tais livros tornariam os alunos “ilustrados”, para depois de terminado o curso primário, formarem bibliotecas com bons livros: de conhecimentos úteis, passatempo, que afastassem de coisas prejudiciais, preparassem para a vida social e abrissem caminhos novos. Nas palavras de Firmino Costa, a leitura era “alimento indispensável à inteligência, incentivo para desenvolver e encaminhar a atividade, o melhor guia para nos ensinar nossos deveres.”(R.E.M.G.,n.3,1925,p.69)¹

O “verdadeiro leitor” seria aquele que lia “para apropriar-se do conteúdo da leitura, enriquecendo sua experiência e recebendo prazer de sua atividade.”

¹ A sigla R.E.M.G. se refere à *Revista do Ensino de Minas Gerais*.

(R.E.M.G.,n.5,1925,p.116) E o bom livro para leitura escolar seria aquele “capaz de incutir no ânimo dos alunos o amor à leitura.”(R.E.M.G.,n.22,1927,p.490) Então, além de instruir, os livros para leitura escolar ensinariam deveres em uma atividade prazerosa que se tornaria amada. Aprender a ler livros na escola para formar o hábito, o gosto da leitura para toda a vida.

2- Como ler na escola primária mineira - os métodos

Na legislação não é sempre clara a diferença do ensino da Língua Pátria e da Leitura, uma vez que a importância de uma estava diretamente relacionada à outra, mas o Programa do Ensino Primário de Minas Gerais (1927) traz uma descrição pormenorizada das noções que deveriam orientar o ensino de cada uma das disciplinas básicas do currículo da escola primária, distinguindo Leitura, Escrita e Língua Pátria.

Segundo o Programa do Ensino Primário mineiro (1927), para as aulas de leitura seriam adotados livros com textos considerados adequados a cada ano escolar, sendo que as atividades nos dois primeiros anos visariam a aprendizagem da leitura considerada “mecânica”. Nessa, deveriam ser ressaltadas as sentenças do livro adotado do qual seriam destacadas as palavras mais interessantes para serem decompostas em sílabas e montadas novas palavras, com vários exercícios de vocabulário e dramatização. As lições seriam curtas e copiadas repetidas vezes do quadro, com atividades como as de procurar sentenças no livro, que só seria usado quando os alunos já tivessem aprendido no quadro.

Caberia às aulas de leitura do 3º e 4º ano as atividades de “compreensão” e “interpretação”, adquirir o “hábito de ler”, revelando “gosto pela boa leitura, apreciando bons livros e jornais”. Para tanto, seriam aplicados exercícios e testes de leitura para verificar se o aluno compreendeu o trecho lido, uma vez que o professor deveria utilizar textos desconhecidos da classe. Ele marcaria o tempo da leitura e faria perguntas de interpretação para os alunos responderem com sentenças completas. As prescrições de livros de leitura, além dos manuais adotados, estavam centradas especialmente nas práticas de leitura do 4º ano primário. Os “meios práticos de cultivar a memória e a imaginação da criança durante o curso primário: ver e observar, ler e imaginar, sentir e reproduzir,” (R.E.M.G.,n.22,1927,p.483) que teriam fins específicos, tanto estéticos quanto psicológicos.

Findo o ensino primário, os/as alunos/as deveriam ler com expressão e naturalidade (portanto oralmente) aqueles livros considerados bons, não outros, para assim conservarem o cabedal de instruções conseguido na escola. Nela se aprenderia a ler boas obras que deveriam ser recuperadas posteriormente “na vida prática”, através do hábito da leitura a ser cultivado nas bibliotecas particulares ou públicas.

A leitura na escola teria por objetivo fazer o aluno conhecer e apreciar obras literárias devidamente selecionadas, abolindo-se a memorização estéril de regras gramaticais e áridos exercícios de análise. Caberia aos professores, suscitar emoções estéticas dos contos, poesias e frases. “Incentivar o gosto pela leitura, procurando satisfazer a curiosidade dos alunos e despertar neles gratas emoções.” (R.E.M.G.,n.5,1925,p.114) Pelos exemplos de métodos a serem aplicados, a leitura oral seria, nesse momento, a mais importante na escola, possibilitadora que é de avaliações e correções. A leitura silenciosa era considerada “complemento da leitura oral.” (R.E.M.G.,n.16,1926,p.303)

3 - Prescrições de leitura para a escola primária mineira

As salas de leitura e as bibliotecas de sala ou escolares eram propagadas e difundidas como indispensáveis na escola primária moderna. Os clubes de leitura também eram divulgados como espaço de desenvolvimento de habilidades. A *Revista do Ensino de Minas* cuidou de divulgar os títulos existentes nas salas de leitura de escolas de prestígio da capital mineira, bem como dos clubes de leitura, aqueles preferidos pelas crianças nas aulas de leitura, além de exemplos para as "boas aulas".

O livro deveria, ainda e “principalmente”, interessar ao jovem leitor, devendo “ter cunho especial de carinho, pois que a criança é extremamente sensível a carícias. Tem igualmente grande relevância a feitura material do livro: é preciso, que se crie, ou se desenvolva na criança, o sentimento estético.”(R.E.M.G.,n.16,1926,p.310)

Os textos dos artigos e as indicações denotam as características que deveriam ter os livros de leitura “bons e adequados” para crianças: instrutivos, agradáveis ao gosto infantil e com linguagem simples. Características essas que traziam representações de criança e de suas leituras. A criança era considerada curiosa, simples, sensível a carícias, como que vivendo em um mundo encantado e tendo preferências peculiares da infância: gostava do maravilhoso, do sobrenatural, das aventuras, contudo as meninas seriam estáticas e teriam preferências diferentes dos meninos, que seriam dinâmicos.

Embasados nessas representações de crianças (aluno e aluna), afirmavam-se que elas deveriam ser estimuladas à leitura de livros minimamente educativos que as comovessem e inspirassem, com lições morais concretas, com linguagem simples como a sua, feitos com material que estimulasse o sentimento estético. Instaurava-se em discursos como esse o gênero “infantil” aos livros de leitura que deveriam ser usados pelas crianças. A professora atentaria a essas minúcias na escolha dos livros a serem lidos pelos/as alunos/as, cuidando da formação das salas e clubes de leitura e das bibliotecas das escolas primárias.

As indicações eram arbitrárias. O que determinava a escolha de alguns livros e não de outros eram as idéias que o movimento de renovação pretendia implantar, não só o que as crianças poderiam ou não gostar de ler, ou tudo o que tinham acesso. Isso é evidenciado nas proibições de impressos não menos atraentes às crianças. Os jogos de poder entre renovadores e católicos, que também cuidavam de censurar leituras, produziram estratégias de prescrição de práticas de leitura. Era um movimento de escolarização da leitura de livros que, nesse processo, foram apropriados pela escola.

A prescrição de livros para leitura escolar, conformada com representações de criança e de ensino primário com finalidades específicas, a partir de um número restrito de impressos disponíveis no Brasil a esse público, contribuiu sobremaneira para a elaboração de significados de leitura escolar de livros nos anos 20. Desde que a leitura fosse feita em livros que primassem pela estética, com textos agradáveis e úteis à formação da criança, ela seria uma atividade saudável e instrutiva a ser aprendida na escola, desde a infância, para ser cultivada por toda a vida.

BIBLIOGRAFIA

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed.. Trad. MaryDel Priore. Brasília Ed. Universidade de Brasília, 1998.

- CHARTIER, Roger & HÉBRARD, Jean. "Les imaginaires de la lecture". In: CHARTIER, Roger & MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française: le livre concurrenté, 1900-1950*. Paris: Fayard/ Cercle de la librairie, 1991, pp.567-581. Vol4.
- COOK-GUMPERZ, Jenny. "Alfabetização e escolarização: uma equação imutável?" In: _____ . (org.). *A construção social da alfabetização*. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, pp.27-57.
- DE CERTEAU, Michel. "Livre: un braconnage". In: _____. *L'invention du quotidien: 1. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990, pp. 239-255.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Trad. Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FORQUIN, Jean-Claude. "Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais.". In: *Teoria e Educação*, n.5, 1992. Pp.28-49.
- GRAFF, Harvey. "Print, Reform, and Reformation". In: *The Legacies of Literacy: continuities and contradictions in Western culture and society*. Bloomington: Indiana University Press, 1991. P.132-172.
- HÉBRARD, Jean. "A escolarização dos saberes elementares na época moderna". In: *Teoria & Educação*, n.2, pp.65-100, 1990.
- LOURENÇO FILHO, M. B.. *Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea*. 13ª ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- NUNES, Clarice. "A Escola Nova no Brasil:do estado da arte ã arte do estudo". In: GVIRTZ, Silvina (copilador). *Escuela Nueva en Argentina y Brasil: visiones comparadas*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores S.R.L., s/d.
- PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A Reforma Educacional Francisco Campos — Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1981. (Dissertação de Mestrado)
- PRATES, Maria Helena Oliveira. *A introdução oficial do movimento de Escola Nova no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1989. (Dissertação de Mestrado)
- SINGLY, François de. "L'appropriation de l'héritage culturel". In: *Lien Social et Politiques*, n. 35, pp.153-165, Printemps 1996.

FONTES:

Programas do Ensino Primário.(1927) In: PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A Reforma Educacional Francisco Campos — Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. Vo. II. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1981. Pp.63-85. (Dissertação de Mestrado)

Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa do Órgão Oficial da Instrução, 1927.

Revista do Ensino de Minas Gerais: órgão oficial da instrução. n.1 a n.24, 1925,1926 e 1927.